

Para deputado, PMDB deve acompanhar tudo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Pelas circunstâncias conhecidas, o PMDB não tem mais acesso direto ao ministro da Fazenda, que não pertence aos quadros partidários, mas sua responsabilidade em relação à dívida externa continua e aumenta. Se ao partido já não é mais possível acompanhar as negociações, nem influir na elaboração das propostas, essa atividade não será abandonada, mas deverá desenvolver-se no Congresso, agora com a participação pluripartidária.

É o que afirma o deputado Oswaldo Lima Filho, do PMDB de Pernambuco, da comissão de economia da executiva nacional do partido, e um dos mais frequentes interlocutores dos ex-ministros Dílson Funaro e Bresser Pereira, em relação às negociações da dívida externa. O parlamentar disse, ontem, ao **Estado**, que na próxima semana a comissão de economia do PMDB, que tem 20 membros, vai se reunir para traçar sua estratégia de ação, junto ao Congresso, diante da nova realidade política envolvendo o partido e o Ministério da Fazenda.

CONTROLE

Segundo Oswaldo Lima Filho, a negociação da dívida externa não pode ser entregue exclusivamente aos interesses do Executivo, sem nenhum controle por parte do Legislativo. Pela nova Constituição, disse, o acordo que vier a ser firmado com os

banqueiros terá de ser explicitamente aprovado pelo Congresso, sem o que não terá nenhuma eficácia. O fato de o ministro da Fazenda ser pessoa desvinculada do PMDB e comprometida apenas com a orientação do presidente da República não impede, para ele, que o partido mantenha a sua posição em relação à dívida externa, ou seja, defenda uma negociação soberana, que garanta uma redução substancial da transferência de recursos líquidos para o Exterior, assegurando uma margem capaz de permitir o financiamento da expansão da economia do País nos próximos anos.

Os pontos básicos da proposta entregue aos bancos credores em 25 de setembro do ano passado pelo então ministro Bresser Pereira, afirmou o deputado, continuam válidos para o PMDB e em torno deles o partido deverá montar sua estratégia de atuação, no Congresso, destacando a securitização de uma parcela da dívida, ou sua troca por ativos brasileiros de longo prazo e juros fixos; o refinanciamento multianual dos juros; a negociação de uma taxa de juros compatível com a capacidade de pagamento do País e a introdução de salvaguardas que garantam automaticamente ao País o fluxo de recursos externos, na hipótese de situações anormais, como elevação exagerada da taxa de juros, crescimento anormal dos preços do petróleo e queda drástica das exportações.